

continuação Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 a 2023 da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

	RS	Expectativa de realização
Provisão para Contingências Trabalhistas	60.055	20 meses
Provisão para Devedores Duvidosos	565.194	24 meses
Provisão para Contingências Cíveis	14.627	21 meses
Outras Prov. Contingências Cíveis	-	21 meses
Provisão para Contr. Previdenciária	3.262	12 meses
Provisão Participação nos Lucros e Resultados	4.907	9 meses
Total	649.045	

20. Comitê de Remuneração: A Instituição adota apenas remuneração fixa para seus administradores, e não concede planos de benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios ao longo prazo e remuneração baseada em ações para diretoria e administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos a título de honorários de diretoria o valor de R\$ 4.049 (R\$ 4.404 em 2023). Possui Comitê de remuneração com as seguintes atribuições: • Elaborar, supervisionar e operacionalizar a política de remuneração dos administradores; • Avaliar cenários futuros, internos e externos e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração; • Zelar para que a política de remuneração esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da Instituição; e • Seguir a lei e a regulamentação aplicável. **20.1 Participação sobre o lucro:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos a título de participação nos lucros e resultados o valor de R\$ 10.313 (R\$ 6.655 em 2023). **21. Gerenciamento de Riscos e de Capital:** **21.1 Gerenciamento de Riscos:** Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial Crefisa, que compreende a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos, Banco Crefisa S/A e Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A., possui estrutura de gerenciamento de riscos, segregada das áreas de negócios, compatível com o grau de complexidade e nível de risco das suas operações. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por metodologias, políticas e procedimentos que definem as diretrizes para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os principais riscos que o Conglomerado está exposto, em acordo com os níveis descritos na sua Declaração de Apetite por Riscos, desempenhando importante papel para seu crescimento sustentável. Assim como é fundamental o gerenciamento individualizado de cada risco, também se avia o impacto da interação entre os riscos, de modo a combinar a rentabilidade das operações com níveis de risco, dando suporte ao Contador e aos demais responsáveis com o grau de administração. Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, socioambiental e climático, continuidade dos negócios, conformidade, privacidade e proteção de dados e cibernético) conforme o modo de mensuração de sua exposição. **Risco de Crédito:** A Crefisa identifica e avalia o risco de crédito em operações de crédito pessoal e consignado para pessoas físicas e produtos de crédito em geral para pessoas jurídicas, contemplando reestruturação de instrumentos financeiros, ativos problemáticos e contrapartes conectadas. Monitora as exposições concentradas de crédito e de risco, segregadas das áreas de negócios, compatível com o grau de administração. Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, socioambiental e climático, continuidade dos negócios, conformidade, privacidade e proteção de dados e cibernético) conforme o modo de mensuração de sua exposição. **Risco de Crédito:** A Crefisa identifica e avalia o risco de crédito em operações de crédito pessoal e consignado para pessoas físicas e produtos de crédito em geral para pessoas jurídicas, contemplando reestruturação de instrumentos financeiros, ativos problemáticos e contrapartes conectadas. Monitora as exposições concentradas de crédito e de risco, segregadas das áreas de negócios, compatível com o grau de administração. Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, socioambiental e climático, continuidade dos negócios, conformidade, privacidade e proteção de dados e cibernético) conforme o modo de mensuração de sua exposição. **Risco de Mercado e IRRBB:** A Crefisa identifica o risco de mercado através da decomposição dos ativos que compõem sua carteira em fatores primitivos de risco e estima a perda que a oscilação no preço de mercado dos ativos pode acarretar. Para isso, utiliza o VaR (Value at Risk). Monitora dia-

riamente as exposições e limites estabelecidos internamente e, quando pertinente, revisa a estratégia de investimentos. Realiza backtesting para avaliar a efetividade do modelo e complementa a avaliação do risco com o cálculo do VaR Stress. Gerencia o risco das movimentações adversas das taxas de juros, ou seja, o IRRBB, através do AECV (Delta Economic Value of Equity). Mensalmente avalia se o capital é suficiente para cobrir o IRRBB e, quando pertinente, adota ações pertinentes para mitigar o risco. **Risco de Mercado:** Para o gerenciamento do seu risco de liquidez, a Crefisa avalia se tem recursos suficientes para honrar com suas obrigações de curto prazo (liquidez imediata) e o descaimento do fluxo de caixa entre ativos e passivos nos médio e longo prazos, respeitando os limites definidos internamente. Mantém o Plano de Contingência de Liquidez atualizado e aprovado nas alçadas competentes e o aciona de acordo com as regras nele estabelecidas. **Risco Operacional:** A Crefisa identifica o risco operacional e controles em seus processos através de mapeamento estruturado de fragilidades, incluindo o risco de tecnologia da informação e o risco legal. A avaliação do nível de exposição é obtida através de uma combinação de critérios qualitativos e quantitativos, disponíveis em documento específico, e da efetividade dos controles. Caso seja considerada inadequada, são definidos planos de ação para adequação da efetividade do controle e então mitigação do risco. **Risco Social, Ambiental e Climático:** O risco social, ambiental e climático (RSAC) na Crefisa surge da sua relação com as partes interessadas (Clientes, Colaboradores e Parceiros) e permeia os demais riscos que a instituição está exposta. O gerenciamento desse risco envolve a definição e monitoramento de indicadores específicos de RSAC em mercados com outros riscos e suas atividades das diretrizes SAC que a instituição espera que seus parceiros estejam aderentes, asseguradas pela inclusão de cláusulas contratuais; o monitoramento da inclusão de clientes e parceiros em listas restritivas durante todo o período de relacionamento com a instituição; a definição de alçadas para aprovação de relacionamento com as partes interessadas; dentre outras ações. **Risco de Continuidade de Negócios:** O gerenciamento desse tipo de risco fornece estrutura para que a Crefisa seja capaz de responder efetivamente a situações de interrupções em seus negócios e assegurar a reputação da sua marca e suas atividades geradoras de receita. Possui um Plano de Continuidade de Negócios atualizado, com um conjunto previamente definido de estratégias e procedimentos para ações de contingência, para gerenciamento de crises e para recuperação das funcionalidades dos ativos de Tecnologia da Informação que suportam os processos/atividades vitais e críticos para estabelecer o ambiente e as condições originais da operação. Realiza periodicamente testes e revisões para assegurar a efetividade do plano. **Risco de Conformidade (Compliance):** A Crefisa possui estrutura dedicada à função de conformidade das áreas de negócios e de auditoria interna, para atuar com independência e assegurar o exercício pleno de suas atividades. Mantém política específica, que estabelece diretrizes para avaliar e monitorar a aderência da Crefisa ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos normativos internos e outros regulamentos que esteja obrigada a observar; realiza testes periódicos; monitora a publicação de novos normativos externos e a implementação de adequações, quando necessário; e estabelece condições mínimas regulatórias que devem ser observadas em novos projetos ou produtos. **Risco de Privacidade e Proteção de Dados:** A Crefisa considera a privacidade e proteção de dados muito importante. Por isso, possui estrutura dedicada e independente das áreas de segurança e de tecnologia da informação para o gerenciamento desse tipo de risco, baseado nos pilares da análise de impacto à privacidade (PIA) e da análise de impacto de Proteção de Dados (DPIA). A avaliação do nível de exposição ao

risco é realizada através da combinação de análises qualitativas e quantitativas do processo e ferramentas envolvidas e da análise da efetividade de controles mitigatórios. Quando pertinente, são definidos planos de ação para corrigir deficiências e assegurar o tratamento adequado dos dados da Crefisa e de seus clientes, colaboradores e parceiros. **Risco Cibernético:** O risco cibernético vem das tentativas criminosas de danificar, roubar ou destruir tecnologia da Crefisa, comprometendo a continuidade dos negócios. O gerenciamento de tecnologia da Crefisa. Para o gerenciamento desse risco, a Crefisa possui estrutura dedicada e independente das áreas de tecnologia da informação, que conta com diversos mecanismos para identificar, evitar e proteger os ativos da instituição e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação na instituição. **21.2 Gerenciamento de capital:** O Gerenciamento de Capital visa apoiar o processo decisório nos negócios, além de manter o nível de capital da Crefisa enquadrado aos limites mínimos exigidos pelo regulador. Com base nisso, a instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, compatível com os riscos incorridos, cujo objetivo é monitorar e controlar sua suficiência frente aos riscos que está exposta, bem como realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Crefisa. O Patrimônio de Referência da Crefisa é constituído pelo Capital Social e Reservas de Lucros, deduzidos de ajustes prudenciais, perfazendo o valor de **R\$ 6.517 bilhões** em 31 de dezembro de 2024, sendo a totalidade desse valor enquadrada com **PR Nível I**. O Índice de Basileia nessa data foi de **65,31%**, ficando acima do limite mínimo estabelecido pelo regulador. O relatório completo pode ser acessado na estrutura de gerenciamento de risco e capital está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br. **22. Outros assuntos:** (a) **Resultados recorrentes e não recorrentes:** De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição. Nosso resultado contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 571.093 e (R\$ 306.649 em 2023) líquido de impostos, sem a existência de resultados não recorrentes. (b) **Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 10/2023:** A Crefisa adotará de forma definitiva a aplicação da data de referência normal, conforme a 5ª da Resolução Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025. (c) **Impactos dos eventos climáticos sofridos pelo estado do Rio Grande do Sul:** Em consonância com as Resoluções CMN nº 5.132 de 10/05/2024 e resolução CMN nº 5.158 de 24/07/2024, foram considerados durante o semestre findo em 30 de junho de 2024 para a mensuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, os critérios normais com base na resolução CMN nº 2.682, diante dos impactos nos eventos climáticos no Rio Grande do Sul. (d) **Resultados e aplicação de divulgação destas demonstrações:** não foram identificados impactos significativos e relevantes em nossa carteira de operações de crédito. Continuaremos a monitorá-la e a implementar medidas de mitigação de riscos, tempestivamente quando se fizer necessário. **23. Relacionamento com a auditoria:** Em atendimento à Resolução nº 4.910 do CMN, não houve contratação de serviços da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. relacionações a Corretora, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses. **24. Análises e Reconhecimento entre as práticas contábeis adotadas em 31/12/2024 e as novas normas determinadas pelas resoluções CMN nº 4.966/2021 e nº 352/2023, respectivamente:** A resolução nº 4.966/2021 do CMN e alterações realizadas posteriormente, es-

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

tabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e todas as entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O objetivo das referidas normas é reduzir as assimetrias entre as normas contábeis do COSIF e os padrões contábeis internacionais. Adicional a Resolução nº 4.966/21 do CMN, o BACEN emitiu normas complementares ao tema. A resolução nº 352/23, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados a destinação de fluxo de caixa de ativos financeiros (teste de SPPI), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciamento de informações sobre os instrumentos financeiros em notas explicativas. Concomitante as mudanças trazidas pelas resoluções supracitadas também ocorrerá o reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. O BACEN reestruturou o elenco de contas do COSIF com vigência a partir de 01/01/2025 (Instruções Normativas BCB nº 426/23 e 433/23 alterações posteriores). A instituição CREFISA elaborou um plano de implementação aprovado pela administração da instituição, contendo todos os mapeamentos e seus impactos. Implementação de todas as mudanças realizadas com todas as adequações necessárias nos processos e sistemas internos e legados e a revisão dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. A frente de trabalho deste projeto foi totalmente estruturada sob as principais temáticas trazidas exclusivamente pelas normas: (1) Classificação e Reconhecimento da Renda de Empregados; (2) Taxa Efetiva de Juros; (3) Renegociação e Reestruturação de Dívidas; (4) Mensuração da Perda Esperada; e (5) Evidenciação. Os resultados e impactos da aplicação das referidas normas acima referenciadas estão apresentadas no quadro abaixo:

	31/12/2024	6.357.241
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (a)	(18.858)	
Ajuste ao valor justo de Ativos Financeiros (b)	-	
Efeitos Tributários	7.543	
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	6.345.926	
(a) Na adoção da Resolução nº 4.966/21 do CMN e da Resolução nº 352/23, houve alteração nas apurações das perdas incorridas, provisão adicional e perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 01/01/2025. Até 31/12/2024 era utilizado o conceito de perdas esperadas de acordo com a resolução nº 2.682/99. (b) Nas classificações dos instrumentos financeiros para as novas categorias introduzidas pela Resolução nº 4.966/21 do CMN ("Valor Justo por meio do resultado - VJR", "Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA" e "Custo Amortizado") a Instituição CREFISA não teve alteração no critério de mensuração desses ativos financeiros (curva x mercado). Sendo assim não houve impacto relevante sobre a posição patrimonial da CREFISA, pois nossos instrumentos financeiros estão classificados pela categoria de custo amortizado. Os impactos de transição são embasados nas melhores estimativas apuradas na data do relatório financeiro e os ajustes identificados decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis serão registrados em contrapartida à rubrica contábil de Lucros ou Prejuízos Acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários sensíveis ao Patrimônio Líquido da Instituição CREFISA. 25. Eventos subsequentes: Não ocorreram eventos subsequentes entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua conclusão.		

Leila Mejalani Pereira
Diretora Presidente

José Roberto Lamacchia
Diretor Superintendente

Celita Rosenthal Boraks
Diretora

Ivan Dumont Silva
Diretor

Aos Acionistas e Administradores da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus ativos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis aplicadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Transações com partes relacionadas:** Conforme Nota Explicativa nº 13, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e nos saldos correspondentes, a Instituição realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizados com terceiros, as condições e os resultados poderiam

ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, as notas explicativas e os fluxos de caixa, bem como os projetos e outros documentos, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicá-lo por escrito. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e

Sobre as Demonstrações Contábeis
Administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, seja por fraude ou erro, ou por negligência, em termos de materialidade. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis contém uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Melhor entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações

feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/0-1

São Paulo, 27 de março de 2025

Waldemar Namura Junior
Contador - TC - CRC 1SP 159370/0-2

ELIMAR SA MÁQUINAS AGRÍCOLAS

C.N.P.J. 50.930.990/0001-46
Balanço encerrado em: 31/12/2024

BALANÇO PATRIMONIAL			
Descrição	Saldo Atual		
Ativo	1.899.803,88d		
Ativo Circulante	1.453.803,88d		
Disponível	1.385.789,10d		
Bancos e Contas Movimento	13.187,28d		
Caixa Econômica Federal	13.187,28d		
Aplicações Financeiras Liquidez Imediata	1.372.601,82d		
Título de Capitalização	5.000,00d		
Caixa F1 Multimercado RV30 L.P	355.873,52d		
Fid. Caixa Seguradora	156.371,92d		
Caixa Fx Maxi Reserva Fixa Créd. Priv Lp	775.961,43d		
Caixa Fx Giro Mpe Rf Ref Lp Lp	73.453,55d		
Miraflex Asses (Brasil) C.L.v.l.m	5.575,40d		
Cientes	27.099,66d		
Duplicatas a Receber	27.099,66d		
Clientes	27.099,66d		
Outros Créditos	40.915,12d		
Ajustamentos a Fornecedores	38.550,00d		
Ajustamento a Diretoria	39.000,00d		
Tributos a Recuperar/Compensar	1.915,12d		
IRRF a Recuperar	365,12d		
Impostos a Recuperar	1.549,99d		
Ativo Não-Circulante	446.000,00d		
Outros Créditos	446.000,00d		
Sócios, administradores e Pessoas Ligadas	84.000,00d		
Créditos contra Sócios	84.000,00d		
Dívidas Judiciais	382.000,00d		
Depósito em Juízo	382.000,00d		
Passivo	1.899.803,88c		
Passivo Circulante	22.948,81c		
Obrigações Tributárias	17.283,96c		
Impostos e Contribuições a Recolher	17.283,96c		
Imposto de Renda a Recolher	7.995,56c		
Contribuição Social a Recolher	9.288,40c		
IRRF a Recolher	335,15c		
PIS a Recolher	278,01c		
Cofins a Recolher	1.283,11c		
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	21.664,85c		
Obrigações com o Pessoal	4.114,85c		
Pró-Labore a Pagar	4.114,85c		
Obrigações Sociais	1.550,00c		
INSS a Recolher	16.549,99c		
Passivo Não-Circulante	75.000,00c		
Passivo Exigível a Longo Prazo	75.000,00c		
Depósito Caução - Aluguéis	75.000,00c		
Patrimônio Líquido	1.801.855,07d		
Capital Social	12.00c		
Capital Substituto	12.00c		
Capital Social	54.000,00d		
Reservas	401.281,47c		
Reservas de Capital	253.908,63c		
Reserva de Capital	253.456,23c		
Incentivos do Imposto de Renda	452,40c		
Reservas de Lucros	147.372,84c		
Reserva Legal	9.821,79c		
Correção Monetária Especial IPC/90	137.551,05c		
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.400.561,60c		
Lucros Acumulados	899.055,83c		
Lucro do Exercício em Curso	530.301,32c		
Ajuste de Exercício	28.795,55d		
Ajustamentos a exatidão do Presente Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2024. Totalizando no Ativo e Passivo: R\$ 1.899.803,88 (um milhão oitocentos e noventa e nove mil oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos)			
Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2024			
Descrição	Saldo	Soma	Total
Receita bruta			
Receita bruta de vendas e serviços			
Receita com aluguel	447.540,34	447.540,34	447.540,34
Receitas de receita bruta			
(-) Impostos sobre vendas e serviços			
(-) Cofins	(13.426,21)		
(-) PIS	(2.909,02)	(16.335,23)	(16.335,23)
Receita líquida			
Lucro bruto	431.205,11	431.205,11	431.205,11
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas			
Despesas com pessoal			
Pró-labore	(60.000,00)		
INSS	(12.000,00)		
Assistência Médica e Social	(3.161,16)		
Despesas com Alimentação	(914,76)	(76.075,92)	
Impostos, taxas e contribuições			
Taxas diversas	(24.332,14)		
Multas e mora	(110,02)	(24.440,16)	
Despesas gerais			
Assistência contábil	(15.727,50)		
Serviços prestados por terceiros	(15.819,67)		
Despesas legais e Judiciais	(3.711,18)		
Materiais de Consumo	(2.397,91)		
Conservação e Reparação de Bens	(8.216,12)		
Bens de Pequeno Valor	(1.158,30)		
Propaganda e publicidade	(29.120,84)		
Treinamento e Instruções	(4.800,00)		
Assistência médica	(401,87)	(130.443,19)	
Despesas financeiras			
Juros passivos	(14,15)		
Tarifa bancária	(1.748,23)		
Perdas aplicação financeira	(123.459,98)	(225.222,36)	(356.181,63)
Juros e descontos			
Juros de aplicações	87.736,64		
Juros de dívidas	14.174,49	101.911,13	101.911,13
Resultado operacional			
Resultados não operacionais			
Outras receitas não operacionais	136.839,21	136.839,21	136.839,21
Resultado antes do IR e CSL			
Provisão IRPJ	(38.116,71)		
Provisão de IRPJ e CSL			
Provisão CSLL	(20.785,46)	(58.902,17)	(58.902,17)
Lucro Líquido do Exercício			
			254.871,65d

JUNDIAI, 20 de Março de 2025

Luciana Goyolo Mello, Diretora Presidente
CPF: 058.980.980-00
Rubens Tenório Cavalcanti
Reg. no CRC - SP sob o nº 15P12324403
CPF: 055.474.168-78

Senhores Acionistas
As demonstrações financeiras da CERC S.A referem-se às atividades encerradas em 31 de dezembro de 2024 são submetidas à apreciação de V.Sas. após as devidas avaliações dos auditores independentes. Destacamos os pontos mais relevantes a fim de proporcionar mecanismos adicionais para a interpretação do demonstrativo
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalva, datado de 27 de março de 2025 estão disponíveis eletronicamente no endereço www.cerc.com

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)		
	2024	2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	80.942	133.359
Contas a receber	36.328	28.441
Adiantamentos	327	193
Despesas antecipadas	2.963	2.426
Tributos a recuperar	5.169	11.738
Outros ativos	670	-
Total Ativo Circulante	126.400	176.157
Aplicações Financeiras	11.041	11.364
Contas a receber	-	12.032
Despesas Antecipadas	100	18
Imobilizado	3.977	4.343
Intangível	129.386	143.378
Impostos diferidos		